

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS -

S E R V I Ç O D E P R O T O C O L O

DATA DA ENTRADA

07/10/2025

EXERCÍCIO

2025

NR. DO PROCESSO

319/25

Interessado: VEREADOR PROFESSOR MARCOS CARVALHO

Localidade: Anápolis - Go

Data do Papel: 30 de setembro de 2025

CLASSIFICAÇÃO DO ASSUNTO

Projeto de Lei Ordinária

CLASSIFICAÇÃO

ASSUNTO: Institui a semana Municipal da “Constituição Cidadã” na cidade de Anápolis e dá outras providências.



CÂMARA
MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

Encaminhe-se à Comissão de
Constituição, Justiça e Redação

Em 13/10/2025

Presidente

PROFESSOR
MARCOS
VEREADOR

PROJETO DE LEI Nº 319, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025.

Vereador Professor Marcos

**INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA
“CONSTITUIÇÃO CIDADÃ” NA CIDADE DE
ANÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **CÂMARA DE ANÁPOLIS** aprovou e eu, **PREFEITO DE ANÁPOLIS**, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituída a “Semana Municipal da Constituição Cidadã”, a ser comemorada anualmente, no mês de outubro, no entorno hebdomadário do dia 05 de outubro, data da promulgação da Constituição da República Federativa de 1988.

Art. 2º - Os eventos ora instituídos passarão a constar no Calendário Oficial de Eventos e no Calendário Oficial de datas alusivas ao Direito deste Município.

Art. 3º- O Poder Executivo poderá promover divulgação da “Semana da Constituição Cidadã”, comemorando o período com reuniões, exposições, demonstrações e apresentações voltadas para a consciência da cidadania constitucional, inclusive no entorno hebdomadário do dia 05 de outubro.

Art. 4º- Durante a “Semana Municipal da Constituição Cidadã”, será realizada programação voltada ao Direito Constitucional, precipuamente, à constitucionalização do Direito e à sua cultura por meio de: seminários, apresentações, teatro, vídeo, oficinas/workshops, feira de livros de direito e demais manifestações que não se contraponham à Constituição Federal e aos seus princípios constitucionais.



Palácio de Santana, Av. Jamel Cecílio,
Q 50, L 14, B. Jundiá, Anápolis/GO
CEP: 75.110-330
anapolis.go.leg.br



CÂMARA
MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

Art. 5º- Caberá ao Município promover ações atinentes à conscientização da cidadania constitucional, por meios de comunicação, em locais de grande fluxo populacional, principalmente em estabelecimentos de ensino, com professores e alunos, ou mediante atividades que visem à conscientização com relação à importância de se promover os desafios à construção da cidadania constitucional.

Parágrafo único. O escopo do disposto no caput deste artigo é fomentar discussões, promovendo a conscientização da importância histórica, filosófica, teórica, doutrinária, de construção da cidadania e do exercício do direito em nosso país, visando o fortalecimento e a fundamentação no bojo do espírito da nação dos seus princípios constitucionais democráticos e do Estado Democrático de Direito.

Art. 6º- As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.

Art. 7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, aos 30 de setembro de 2025.


PROFESSOR MARCOS
Vereador



Palácio de Santana, Av. Jamel Cecílio,
Q 50, L 14, B. Jundiáí, Anápolis/GO
CEP: 75.110-330
anapolis.go.leg.br

JUSTIFICATIVA

Ao estabelecer o parâmetro da prevalência dos princípios constitucionais, com destaque para o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, a Constituição Federal de 1988 trouxe para o nosso povo, e mais a cada dia, a consciência e a consolidação do exercício do direito como alcance de qualquer cidadão. Num processo que ainda demora a se materializar completamente, como seja nos países desenvolvidos.

Por cada desdobramento de avanço democrático, de governo do povo e para o povo, gerado pelo constitucionalismo, gostaria que meus nobres colegas de Plenário, presentes em tantos conflitos comuns, encampassem esta ideia-conceito, de uma data cívica municipal voltada para a comemoração de tão importante, e mais importante, documento jurídico nacional, ser um marco histórico, filosófico e teórico, a Constituição Federal de 1988. Escolhendo, nós, para isso, o dia 5 de outubro de cada ano, no cerne das comemorações da Semana da Constituição Cidadã, o Dia da Constituição Cidadã.

Ainda, tal proposta tende a despertar na população da nossa cidade o interesse em entender a constituição e a importância de buscar e defender seus direitos.

Por essas razões, e por se tratar de matéria de grande relevo social, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação dos senhores Vereadores, com a certeza de que Vossas Excelências aprovarão a presente iniciativa.

Sala de Sessões, aos 30 de setembro de 2025.



PROFESSOR MARCOS
Vereador



Câmara Municipal de Anápolis
Diretoria Legislativa

CERTIDÃO N° 266/2025

IDENTIFICAÇÃO: 319/2025

EMENTA: Institui a Semana Municipal da “Constituição Cidadã” na cidade de Anápolis, e dá outras providências.

AUTOR: Professor Marcos Carvalho

Certificamos para os devidos fins de direito e de acordo com a Resolução nº 12, de 11 de abril de 2006 que, após pesquisa no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo desta Casa, não encontramos matéria ou norma jurídica com teor similar ao da propositura apresentada.

Anápolis, 7 de outubro de 2025.


Isaac Victor Oliveira de Souza
Assistente Administrativo


Priscila Camargo Reis
Assistente Administrativa

Protocolo

Recebi via em: ____/____/____
Recebedor: _____



**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

Servador Elias do Nascimento

EM 21 / 10 / 2025

[Assinatura]

PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER: 07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS – ART. 47, § 3º, R.L.)



Projeto de Lei Ordinária 319/2025
Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA “CONSTITUIÇÃO CIDADÃ” NA CIDADE DE ANÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PARECER FAVORÁVEL.

PARECER

1 – RELATÓRIO

Este parecer destina-se à análise do Projeto de Lei Ordinária nº 319/2025, de autoria do vereador Professor Marcos Carvalho, que institui a semana municipal da “constituição cidadã” na cidade de Anápolis e dá outras providências.

O parecer foi feito sob a análise da Constituição Federal, da Legislação Municipal e do Regimento Interno desta Casa.

Dessa forma, incumbe a esta Comissão, nos termos do Art. 103, §1º, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a elaboração de parecer sobre todos os processos relacionados à atividade legislativa, bem como sobre aqueles expressamente indicados no Regimento, sempre sob a perspectiva da legalidade e constitucionalidade.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - Análise do Projeto de Lei - materialidade

A Constituição Federal, em seu artigo 30, inciso I, atribui aos municípios a competência legislativa para tratar de assuntos de interesse local. De igual modo, os artigos 11, inciso I, e 20, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Anápolis dispõem sobre a competência privativa do município para legislar acerca de matérias de interesse local.

É relevante ressaltar a autonomia municipal, conforme a doutrina exposta na obra *Curso de Direito Constitucional* (23ª edição, 2025), de André Ramos Tavares.

A Constituição Federal, rompendo toda a discussão em torno do *status* dos Municípios na organização do Estado brasileiro, declara, expressamente,



que compõem a federação e são dotados de autonomia. Realmente, nos artigos 1º, 18 e 34 fica certa a posição da comuna no Estado Federal. Pelo art. 1º, fica certo que a República brasileira é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Pelo art. 18, a organização político-administrativa brasileira compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. **Pelo art. 34 há de ser reconhecida e assegurada a autonomia municipal. (grifo nosso)**

Aos Municípios reconhece-se o poder de auto-organização, o que significa reconhecer-lhes poder constituinte, expresso nas suas leis orgânicas, limitadas tanto por princípios da Constituição Federal como da Constituição estadual, nos termos do artigo 29¹ da Carta Magna.

Destaca-se a obra *Curso de Direito Constitucional* (19ª Ed., 2024), do ministro Gilmar Mendes, que leciona a respeito da competência implícita:

As competências implícitas decorrem da cláusula do art. 30, I, da CF, que atribui aos Municípios “legislar sobre assuntos de interesse local”, significando interesse predominantemente municipal, já que não há fato local que não repercuta, de alguma forma, igualmente, sobre as demais esferas da Federação. Decerto que a fórmula consideravelmente imprecisa empregada pelo constituinte desafia, com muita frequência, o tino hermenêutico do aplicador.

O Projeto de Lei em análise propõe a instituição da “Semana Municipal da Constituição Cidadã”, a ser celebrada anualmente no entorno do dia 5 de outubro, data da promulgação da Constituição Federal de 1988. A iniciativa busca consolidar, no calendário oficial de Anápolis, um período dedicado à valorização dos princípios democráticos, à difusão da cultura constitucional e à promoção da cidadania. Portanto trata-se resumidamente de uma proposição que visa aproximar a população dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, estimulando o conhecimento dos direitos e deveres fundamentais previstos na Carta Magna.

A proposta apresenta mérito jurídico e social relevante, ao fomentar a educação cívica e constitucional entre os cidadãos, em especial estudantes e agentes públicos. A valorização da Constituição Federal contribui para o fortalecimento da consciência

¹ Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos



democrática, elemento essencial para a consolidação das instituições e da participação popular. Além disso, o projeto prevê formas amplas de difusão, como seminários, exposições e campanhas educativas, o que amplia o alcance pedagógico e social da iniciativa, sem gerar encargos diretos ou excessivos ao erário, já que permite a realização de atividades em parceria com instituições públicas e privadas.

Por fim sob um prisma técnico, a proposição respeita a harmonia entre os Poderes, uma vez que não impõe obrigações administrativas específicas ao Executivo nem cria estruturas, cargos ou despesas permanentes. A competência municipal é devidamente observada, pois o tema se insere no âmbito da promoção da cultura, da educação e do interesse local. A iniciativa, portanto, se mostra compatível com a atuação legislativa municipal, ao estabelecer uma política simbólica e educativa de estímulo à cidadania e à consciência constitucional, logo diante do exposto, conclui-se que o projeto é **constitucional e juridicamente adequado**, não apresentando vícios de iniciativa nem afronta à separação dos poderes.

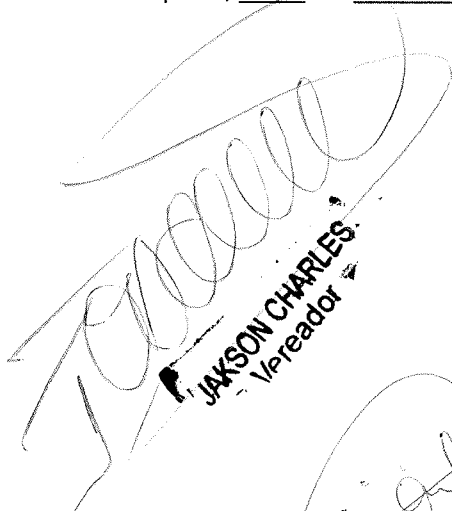
3 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que o Projeto de Lei Ordinária nº 319/2025 está em conformidade com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Município de Anápolis e com o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

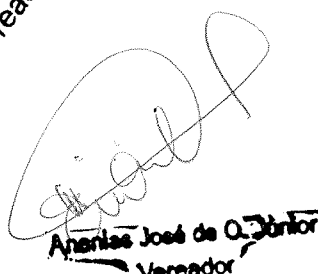
Assim, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifesta-se FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 319/2025.

É o parecer.

Anápolis, 21 de outubro de 2025.


JACKSON CHARLES
Vereador


Vereador Relator
ELIAS DO NANA
VEREADOR


Anelias José de O. Júnior
Vereador


Ademilton Coelho de Souza
Vereador


Seliane Maria dos Santos
VEREADORA



CÂMARA
MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

Reynor do Antismo

EM 23 / 10 / 2025

PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER: 07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS – ART. 47, § 3º, R.I.)



**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS

Número do Processo: 319/25.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e da Pessoa com Deficiência

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA "CONSTITUIÇÃO CIDADÃ" NA CIDADE DE ANÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **PARECER FAVORÁVEL**

PARECER

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de autoria do (a) Vereador (a) Professor Marcos Carvalho que "Institui a semana municipal da "Constituição Cidadã" na cidade de Anápolis e dá outras providências."

Na (s) Comissão (ões) pela qual tramitou, a proposição obteve relatório favorável elaborado pelos nobres Titulares. Distribuída no presente Colegiado, o(a) Relator(a) que abaixo subscreve elabora o seu parecer com base nos motivos a seguir apresentados.

Em Análise, percebe-se que a proposição obedece aos preceitos e disposições constitucionais, aos do ordenamento jurídico e do regimento interno desta Casa de Leis. Sendo assim, vota-se **FAVORAVELMENTE** a ela.

É o parecer.

Anápolis, 23 de outubro de 2025.

ELTON DO NANA
VEREADOR

Vereador(a) Relator(a)

Reamilton G. Espindola de Althaide
VEREADOR

Alex de Araujo Martins
VEREADOR

Encaminhe-se à Comissão de Educação,
Cultura, Ciência e Tecnologia

em _____
Presidente

PHPSBS/2025

Palácio de Santana,
Av. Jamel Cecilio, Q 50, L 14
Bairro Jundiá, Anápolis-go
CEP: 75110-330
anapolis.go.leg.br

Frederico Antonio Bastos Godoy
VEREADOR



CÂMARA
MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

João da Cruz

EM 24 / 10 / 25

[Signature]

PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER: 07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS – ART. 47, § 3º, R.I.)



**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS

Número do Processo: 319/25.

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA
"CONSTITUIÇÃO CIDADÃ" NA CIDADE DE
ANÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PARECER FAVORÁVEL

PARECER

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de autoria do (a) Vereador (a) Professor Marcos Carvalho que "Institui a semana municipal da "constituição cidadã" na cidade de Anápolis e dá outras providências."

Na (s) Comissão (ões) pela qual tramitou, a propositura obteve relatório favorável elaborado pelos nobres Titulares. Distribuída no presente Colegiado, o(a) Relator(a) que abaixo subscreve elabora o seu parecer com base nos motivos a seguir apresentados.

Em análise, percebe-se que a proposição obedece aos preceitos no ordenamento jurídico pátrio e no regimento interno desta Casa de Leis. Sendo assim, vota-se **FAVORAVELMENTE** a ela.

É o parecer.

Anápolis, 24 de outubro de 2025.


ELIAS DO NANA
VEREADOR


Vereador(a) Relator(a)

João César Antônio Pereira
Vereador


Marcos A. de Carvalho Rosa
VEREADOR


Cleide M. Hilário de Barros
VEREADORA



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS**

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E ECONOMIA

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

Ven. Sakse Charles

EM 14/11/25

Ven. Wledene Lopes

PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER: 07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS – ART. 47, § 3º, R.L.)



**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS

Número do Processo: 319/25.

Comissão de Finanças, Orçamento e Economia

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA "CONSTITUIÇÃO CIDADÃ" NA CIDADE DE ANÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **PARECER FAVORÁVEL**

PARECER

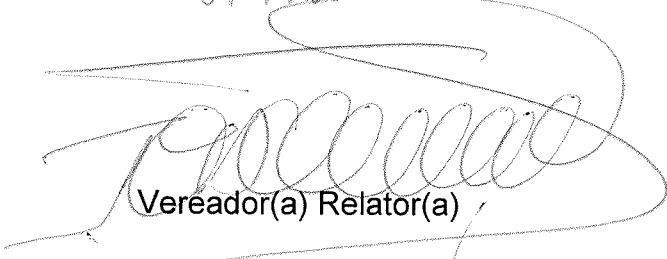
Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de autoria do (a) Vereador (a) Professor Marcos Carvalho que "Institui a semana municipal da "Constituição Cidadã" na cidade de Anápolis e dá outras providências.".

Na (s) Comissão (ões) pela qual tramitou, a propositura obteve relatório favorável elaborado pelos nobres Titulares. Distribuída no presente Colegiado, o(a) Relator(a) que abaixo subscreve elabora o seu parecer com base nos motivos a seguir apresentados.

Em análise, percebe-se que a proposição obedece aos preceitos e disposições das leis orçamentárias e financeiras no ordenamento jurídico pátrio. Sendo assim, vota-se **FAVORAVELMENTE** a ela.

É o parecer.

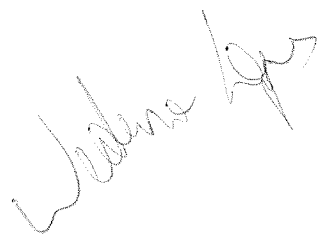
Anápolis, 14 de novembro de 2025.


Vereador(a) Relator(a)

JAKSON CHARLES
Vereador


Seliane Maria dos Santos
VEREADORA


João César Antônio Pereira
Vereador


Wederson C. da Silva Lopes
Vereador

PHPSBS/2025

Palácio de Santana,
Av. Jamel Cecilio, Q.50, L.14
Bairro Jundiá, Anápolis-go
CEP: 75110-330
anapolis.go.leg.br

Encaminhe-se à Mesa Diretora

em


Presidente



PROCESSO N° 319/2025

() PRIMEIRA E ÚNICA VOTAÇÃO

() SEGUNDA VOTAÇÃO (À SANÇÃO)

() VOTAÇÃO DO PARECER DO(A) _____ () EMENDA Nº _____ DO(A) _____

() NOMINAL

(X) SIMBÓLICA

(X) MAIORIA SIMPLES (VOTO DA MAIORIA DOS PRESENTES)

() MAIORIA ABSOLUTA (VOTO DE 12 VEREADORES)

() 2/3 DOS MEMBROS DA CÂMARA (VOTO DE 16 VEREADORES)

(F) FAVORÁVEL A MATÉRIA (C) CONTRA A MATÉRIA

(A) ABSTENÇÃO (X) AUSENTE NA VOTAÇÃO (P) PRESIDENTE

[F] ELIAS DO NANA

[F] POLICIAL FEDERAL SUENDER

[F] FREDERICO GODOY

[F] PROFESSOR MARCOS CARVAL

[F] JAKSON CHARLES

[X] REAMILTON DO AUTISMO

[F] JEAN CARLOS

[X] RIMET JULES

[X] JOÃO DA LUZ

[X] SELIANE DA SOS

[F] JOSÉ FERNANDES

[X] THAÍS SOUZA

[F] LEITÃO DO SINDICATO

[X] WEDERSON LOPES

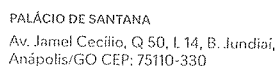
[X] LUZIMAR SILVA

Aprovado em 1ª votação

Em 17/11/25

Presidente

TOTAL DE VOTANTES: 12





CÂMARA
MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
Essa Casa é Sua

VOTAÇÃO DO DIA:

PROCESSO Nº 319/2025

() PRIMEIRA VOTAÇÃO

() PRIMEIRA E ÚNICA VOTAÇÃO

() ÚNICA VOTAÇÃO

(**X**) SEGUNDA VOTAÇÃO (À SANÇÃO)

() VOTAÇÃO DO PARECER DO(A) _____ () EMENDA Nº _____ DO(A) _____

TIPO DE VOTAÇÃO:

() NOMINAL

(**X**) SIMBÓLICA

TIPO DE DELIBERAÇÃO:

(**X**) MAIORIA SIMPLES (VOTO DA MAIORIA DOS PRESENTES)

() MAIORIA ABSOLUTA (VOTO DE 12 VEREADORES)

() 2/3 DOS MEMBROS DA CÂMARA (VOTO DE 16 VEREADORES)

VOTAÇÃO DA MATÉRIA:

(**F**) FAVORÁVEL A MATÉRIA (**C**) CONTRA A MATÉRIA

(**A**) ABSTENÇÃO (**X**) AUSENTE NA VOTAÇÃO (**P**) PRESIDENTE

[**X**] ALEX MARTINS

[**F**] ELIAS DO NANA

[**F**] POLICIAL FEDERAL SUENDER

[**X**] ANANIAS JÚNIOR

[**X**] FREDERICO GODOY

[**F**] PROFESSOR MARCOS CARVAL

[**P**] ANDREIA REZENDE

[**F**] JAKSON CHARLES

[**F**] REAMILTON DO AUTISMO

[**X**] CABO FRED CAIXETA

[**F**] JEAN CARLOS

[**X**] RIMET JULES

[**F**] CAPITÃ ELIZETE

[**F**] JOÃO DA LUZ

[**X**] SELIANE DA SOS

[**F**] CARLIM DA FEIRA

[**F**] JOSÉ FERNANDES

[**F**] THAÍS SOUZA

[**X**] CLEIDE HILARIO

[**X**] LEITÃO DO SINDICATO

[**F**] WEDERSON LOPES

[**F**] DOMINGOS PAULA

[**F**] LUZIMAR SILVA

PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO:

FAVORÁVEIS: 14

CONTRÁRIOS: 0

ABSTENÇÕES: 0

TOTAL DE VOTANTES: 14

Aprovado em 2ª votação

À sanção

Em 11/11

Presidente



PALÁCIO DE SANTANA
Av. Jamel Cecílio, Q 50, L 14, B. Jundiá,
Anápolis/GO CEP: 75110-330